



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 25.09.2025

ATA Nº 465

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, ordinariamente, às 09:00 horas, por videoconferência, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – SGB/CPRM, com a participação da Presidente do Conselho, Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, e das Conselheiras Titulares Flávia Filippi Giannetti e Isabela Sales Vieira. Atuou como Secretária Izabela Duarte Giffoni, chefe da Secretaria Geral (SEGER). Também participaram da reunião: Suliman Tadei de Souza, Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF); Fernando Ramos Avellar, Assistente da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE/DECOF); Maurício Mattos dos Santos, Chefe da Divisão de Contencioso (DICOTE/COJUR); Danielle Ribeiro Oliveira Diniz, Chefe da Auditoria Interna (AUDITE); e João Batista de Vasconcelos Dias Júnior e Cristiano Jorge André, Analistas em Geociências da SEGER. As Conselheiras agradeceram a presença de todos e deram início à reunião, em que foram tratados os seguintes assuntos: **i. Assuntos da Contabilidade.** O Assistente da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Fernando Avellar, representando o chefe daquela Divisão, Flávio Pinheiro, que se encontrava em férias, apresentou as Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas ao 2º trimestre de 2025. Destacou que o parecer da auditoria independente foi recebido naquele dia, e ressaltou a ausência de ressalvas no mesmo, registrando a conformidade das informações contábeis. Segundo Fernando Avellar, no segundo trimestre houve um resultado contábil positivo de aproximadamente R\$ 6 milhões, destacando-se o reconhecimento como receita de subvenções o recebimento de bens em doação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os quais não são tributáveis, na ordem de R\$ 4,7 milhões, bem como o reconhecimento de cerca de R\$ 450 mil de receita proveniente de leilões de direitos minerários. Quanto ao impacto tributário, o representante da DICOGE esclareceu que, por decisão judicial ainda não transitada em julgado, o

SGB/CPRM encontra-se temporariamente desobrigado do recolhimento do Imposto de Renda - IRPJ, sendo os valores correspondentes registrados no passivo até o trânsito em julgado da referida ação. Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a empresa mantém o seu registro contábil, sendo a mesma compensada com créditos tributários, não havendo, portanto, desembolso financeiro. Sobre o acompanhamento das certidões, Fernando Avellar relatou a situação atualizada das mesmas, destacando que a certidão federal tem validade até fevereiro de 2026. Quanto à receita própria proveniente de serviços, Fernando Avellar informou a queda na arrecadação em razão da paralisação das análises de água mineral, decorrente da suspensão temporária dessas atividades na Rede de Laboratórios (Rede LAMIN), em função do atual quadro de restrição orçamentária e financeira. Por fim, quanto ao andamento do processo de desapropriação de ações do SGB/CPRM pertencentes a empresas que foram privatizadas, o representante da DICOGE relatou que o mesmo está em tramitação, e que acredita na sua conclusão até o início do ano de 2026, mas que isso depende do tempo de resposta das empresas em questão. O Conselho Fiscal registrou sua preocupação com a velocidade do processo de desapropriação, o que pode comprometer o cronograma de reestruturação societária, e sugeriu um monitoramento constante da evolução do mesmo.

ii. Execução Orçamentária e Financeira. O Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Suliman Tadei, iniciou sua exposição apresentando o quadro atualizado da execução orçamentária e financeira, com destaque para os impactos sobre a capacidade de pagamentos, tendo em vista os bloqueios e limites definidos pelos últimos Decretos do Governo Federal. Informou que a dotação consolidada atualizada atingiu, em termos agregados, aproximadamente R\$ 103 milhões, dos quais cerca de R\$ 63 milhões referem-se a dotações vinculadas ao PAC (RP3) e aproximadamente R\$ 40 milhões as dotações discricionárias (RP2). Registrou que, no RP2, houve bloqueio na ordem de R\$ 3,8 milhões, e que no RP3 houve bloqueio na ordem de R\$ 10 milhões, o que limita fortemente a execução prevista para o exercício. O chefe do DECOF informou que as despesas liquidadas alcançaram cerca de R\$ 50,2 milhões, correspondendo a 53% da dotação atualizada, tendo sido pagos cerca de R\$ 47,9 milhões, correspondendo a cerca de 46%, restando um crédito disponível de R\$ 34,7 milhões. Quanto à execução dos Restos a Pagar (RAP), informou já terem sido liquidados cerca de R\$ 19,3 milhões, permanecendo a liquidar cerca de R\$ 5,6

milhões. Em seguida, explicou que a diferença entre os valores empenhados, os liquidados e o efetivamente pago, deriva da combinação da limitação orçamentaria com a restrição de caixa — isto é, mesmo havendo empenho, o baixo limite de pagamento impede a efetiva baixa financeira imediata. Mencionou o exemplo do contrato para realização de levantamentos aerogeofísicos, cujo valor de mobilização já foi empenhado, na ordem de R\$ 500 mil, mas a continuidade da etapa técnica depende da liberação adicional de recursos e da disponibilidade de limite para pagamento. Quanto as perspectivas de curto prazo, informou que há expectativa de liberações parciais a partir de outubro, com previsão de liberação de aproximadamente R\$ 8 milhões para limite de empenho e pagamento a partir de novembro. Ressaltou, ainda, que tais liberação dependem de atos governamentais (Decretos) e de orientações do Ministério de Minas e Energia (MME). Por fim, no plano da gestão da execução, Suliman Tadei descreveu as providências que a empresa vem adotando para lidar com as restrições impostas, tais como controle rígido do RAP, priorização e reprogramação de contratos essenciais (vigilância, limpeza, energia), e diálogo contínuo com a Presidência, com as Diretorias, com os Ministérios relacionados e Casa Civil (via MME). O Chefe do DECOF concluiu sua fala solicitando o registro da preocupação da Administração com a necessidade de maior previsibilidade orçamentária para o encerramento do exercício.

iii. Demonstrativo de Contratos e Convênios. O Conselho Fiscal tomou conhecimento da relação de contratos assinados em setembro/2025, bem como da situação dos Convênios e TEDs.

iv. Dívidas de Clientes. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório atualizado de Dívidas de Clientes.

v. Assuntos do Contencioso. O chefe da Divisão de Contencioso (DICOTE), Maurício Santos, iniciou sua apresentação destacando que, no trimestre, verificou-se uma redução do passivo trabalhista em razão da quitação de condenações já reconhecidas e devidamente provisionadas. Explicou que tais pagamentos se concentraram especialmente em ações relativas ao adicional de insalubridade, que historicamente representavam um volume significativo do contencioso do SGB/CPRM. Ressaltou que a empresa passou a adotar uma nova rotina de pagamento do adicional de insalubridade, o que tem surtido efeito preventivo, reduzindo o ajuizamento de novas ações, e dando maior previsibilidade ao fluxo de provisões e pagamentos. Sobre a dívida do Estado do Amapá com o SGB/CPRM, o chefe da DICOTE informou ter sido autorizada a expedição de alvará na justiça daquele

estado referente ao pagamento de precatório de aproximadamente R\$ 1,5 milhão. Destacou que, embora seja uma excelente notícia, ainda não há previsão da liquidação financeira. Encerrando sua exposição, ressaltou o cenário atual de maior estabilidade e previsibilidade do contencioso do SGB/CPRM. Embora ainda haja demandas relevantes em andamento, não se vislumbra, no momento, risco de condenações de grande vulto, e a estratégia em curso visa consolidar a redução gradual do passivo, o fortalecimento da defesa em novas ações e a melhoria contínua dos controles internos de acompanhamento processual.

vi. Atas do Conselho de Administração - CA, Diretoria Executiva - DE e Comitê de Auditoria Estatutária - COAUD. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Atas da Diretoria Executiva de Nº 1369 e 1371, do Conselho de Administração de Nº 352 e 353 e do COAUD de Nº 139. O Conselho Fiscal, ao analisar as Atas de Reuniões da Diretoria Executiva (DE) dos últimos meses, deteve-se nos processos relativos a afastamentos do país, com ônus, de empregados e dirigentes da empresa, e deliberou por encaminhar à DE as seguintes recomendações: (1) Reforçar a recomendação já encaminhada pela Diretoria Executiva à Assessoria de Assuntos Internacionais (ASSUNI), conforme Ata DE Nº 1370, para o estabelecimento de critérios objetivos que subsidiem a análise, pelo colegiado, da relevância institucional dos afastamentos internacionais, de modo a assegurar que apenas os casos efetivamente indispensáveis sejam autorizados. (2) Recomendar que, na deliberação sobre novos afastamentos do país com ônus, sejam consideradas as restrições orçamentárias e financeiras do SGB/CPRM, que vem afetando a execução de projetos e atividades relevantes (como os da Rede de Laboratórios de Análises Minerais – Rede LAMIN). Além disso, o Conselho Fiscal convidou o chefe da ASSUNI para participar da próxima reunião do colegiado, para que esta apresente, de forma consolidada, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro dos afastamentos, com indicação da origem dos recursos (unidade orçamentária/ação), a fim de possibilitar uma melhor avaliação comparativa com o orçamento global e outras demandas prioritárias da empresa.

vii. Apresentação da AUDITE. A Chefe da Auditoria Interna (AUDITE), Danielle Ribeiro Oliveira Diniz, iniciou sua apresentação discorrendo sobre a situação atual da AUDITE, apresentando os desafios e propostas de reestruturação do setor, bem como destacando o cenário crítico da força de trabalho: atualmente composta pela auditora chefe, uma coordenadora executiva e duas auditoras, sendo que uma delas encontra-se em licença-maternidade. Ressaltou que esse contingente é insuficiente diante do elevado volume

de demandas internas e externas, incluindo solicitações da Corregedoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, além de requisições da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Enfatizou que, pela média histórica apurada nos Relatórios Anuais de Auditoria (RAINT) dos últimos anos, seriam necessários pelo menos 14 auditores para cumprir com razoabilidade o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT). Danielle Diniz salientou que a escassez de pessoal compromete a execução tempestiva das ações de auditoria, resultando em um acúmulo de passivos, em especial de denúncias, avaliações obrigatórias e monitoramentos. Apontou que, das 18 ações previstas no PAINT 2025, apenas três estavam em andamento até setembro, sem nenhuma concluída. Apesar dos esforços da AUDITE para atender demandas emergenciais/extraordinárias, isso tem reduzido a robustez dos produtos de auditoria, substituindo relatórios previstos por monitoramentos menos consistentes com o planejamento do setor. Diante desse quadro, a Chefe da AUDITE apresentou propostas de reestruturação da AUDITE, consistindo em: alterações no Regimento Interno para criação de duas coordenações técnicas, ampliação da equipe em pelo menos seis auditores, implementação de matriz de priorização das ações, maior profissionalização e uso das ferramentas eletrônicas integradas ao Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), e melhoria no arquivamento de dados em nuvem e nos servidores institucionais. Danielle Diniz destacou que tais propostas ainda não foram submetidas ao Conselho de Administração, mas reforçou que entende ser urgente iniciar a discussão e obter o apoio dos Conselhos, tendo em vista o papel estratégico da AUDITE na governança e no atendimento as demandas de controle interno e externo. Por fim, Danielle Diniz alertou que a fragilidade estrutural da AUDITE pode comprometer a imagem institucional do SGB/CPRM e prejudicar a capacidade da empresa de responder tempestivamente as solicitações do TCU e da CGU, expondo a companhia a riscos regulatórios. O Conselho Fiscal parabenizou a apresentação da Chefe da AUDITE e solicitou acompanhamento periódico sobre os desdobramentos do Plano de Ação proposto e dos trabalhos realizados.

viii. Outros assuntos:

a) Processo SEI nº 48038.000052/2025-41 - O Conselho Fiscal reiterou sua preocupação quanto ao cumprimento das Resoluções CGPAR nº 37 e 38, bem como a conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, relativos ao fundo de pensão dos empregados (CPRM-Prev), administrado pela BB Previdência.

Recomendou, portanto, que a empresa adote, com urgência, as medidas necessárias para assegurar a observância das referidas normas. Não havendo mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a reunião.

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Presidente

FLAVIA FILIPPI GIANNETTI

Conselheira

ISABELA SALES VIEIRA

Conselheira

IZABELA DUARTE GIFFONI

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA SALES VIEIRA, Membro do Conselho Fiscal**, em 20/10/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABELA DUARTE GIFFONI, Analista em Geociências**, em 20/10/2025, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA FILIPPI GIANNETTI, Membro do Conselho Fiscal**, em 26/11/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT, Presidente do Conselho Fiscal**, em 27/11/2025, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2698546** e o código CRC **5E318E32**.
